

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAGES S/A – LAFEPE, inscrito no CNPJ 10.877.926/0001-13, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída através da Lei Estadual nº 1.180 de 04 de janeiro de 1966. São objetivos sociais da Companhia a industrialização, comércio, representação, importação, exportação e distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, hemoderivados, armações e lentes para óculos, bem como a realização de pesquisas técnicas e científicas destinadas ao contínuo desenvolvimento de suas atividades industriais.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e pela Lei Federal nº 11.941/09.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Na Companhia, algumas das estimativas são: a mensuração de provisões de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para os processos cíveis e trabalhistas, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes aos estimados e, conseqüentemente, diferente dos valores presentes nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são realizadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores e outras dívidas relacionadas com a entrega de caixa ou de outros ativos financeiros para outra entidade.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais rendimentos ou encargos e reduzidos para compatibilizá-los ao valor recuperável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os caixas da matriz e das filiais (farmácias LAFEPE), bancos com liquidez imediata e aplicações financeiras sem risco de mudança de valor de mercado. Portanto, esse grupo está evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método indireto.

d) Contas a receber de clientes

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos.

e) Provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa

Constituída por montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. O critério do exercício é uniforme com o do exercício anterior.

f) Estoques

Os insumos, materiais de consumo, produtos terceirizados e mercadorias para revenda são avaliados e registrados pelo custo médio de aquisição. Já os produtos acabados e em elaboração são avaliados e registrados nos estoques pelo custo médio de produção. O critério adotado na apuração dos custos de produção é o custeio por absorção.

g) Impostos a recuperar

Os tributos e contribuições a recuperar decorrem principalmente de IRRF, CSLL, PIS, COFINS, IPI, retidos por órgãos públicos ou pagos por antecipação e que estão apresentados por seu valor nominal.

h) Depósitos judiciais

Apresentados pelos valores originais dos depósitos sem contemplar juros ou atualizações monetárias.

i) Investimentos

Avaliados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de realização.

j) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 10.

k) Fornecedores

Demonstrados ao valor original da transação, não contemplando atualização da dívida.

l) Obrigações sociais e tributárias

Representado por dívidas tributárias na esfera federal, estadual e municipal e por folha de pagamento com os respectivos encargos sociais.

m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O LAFEPE adota o regime de “lucro real” para a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e efetuou cálculo e recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas de acordo com a legislação fiscal.

n) Adiantamento de clientes

Representado por recebimentos antecipados, principalmente quando da negociação de convênios, cujo produto objeto da negociação ainda não foi fabricado ou entregue ao cliente.

o) Processos cíveis e trabalhistas

Estão constituídos com base na avaliação de riscos prováveis, suportados por documentos enviados pelo setor jurídico interno e externo, dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que seja exigido do LAFEPE a transferência de benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e uma estimativa razoável e confiável do valor possa ser feita. Esta prática é coerente com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estes processos não contemplam a atualização da dívida.

p) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

As receitas decorrentes da venda de produtos são reconhecidas contabilmente quando são transferidas ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias comercializados e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

A receita de vendas é reconhecida líquida de desconto, benefícios comerciais concedidos e impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS e COFINS). Os custos de frete e outros relacionados com as vendas são classificados como despesas de vendas na demonstração do resultado do exercício.

r) Tributação do resultado e das receitas

A Companhia adota a tributação do imposto de renda com base no Lucro Real. Assim, o resultado do exercício, após os ajustes para fins fiscais, é tributado em 15%, mais 10% ao valor que ultrapassar R\$ 240.000,00, a título de imposto de renda (IRPJ) e tributado em 9%, a título de contribuição social (CSLL). A tributação sobre a receita compreende a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), à alíquota de 1,65%, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à alíquota de 7,6%.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	13.846	12.792
Depósitos bancários	33.783 (	14.804)
Títulos vinculados ao mercado aberto	155.078.578	244.562.109
	155.126.207	244.560.097

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco	1.391.788	1.391.788
Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco	7.561.288	8.461.953
Convênios com o Ministério da Saúde	201.185.027	168.699.975
Outras	348.369	274.771
Venda para entrega futura (i) (	2.626.205) (	2.587.824)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (	17.835.003) (	16.712.936)
Adiantamento de clientes (ii) (	1.496.602) (	10.201.143)
	188.528.660	149.326.585

(i) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte da Companhia ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados no contas a receber, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2025.

(ii) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi

realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato de o cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, decidiu-se evidenciar esta conta como redutora de clientes.

6. ESTOQUES

	2025	2024
Produtos acabados	4.633.974	2.585.816
Produtos em elaboração	333.725	1.792.794
Matérias-primas e embalagens	16.137.451	14.197.965
Materiais de consumo	5.044.277	4.359.162
Insumos em poder de terceiros	1.207.515	1.207.515
Produtos prontos terceirizados	187.616	732.416
Almoxarifado	(45.943)	467.836
Mercadorias para revenda	473.131	609.145
	27.971.746	25.952.649

7. OUTROS CRÉDITOS

	2025	2024
Créditos com funcionários	1.012.200	1.001.609
Créditos com fornecedores	2.694.287	2.198.294
Adiantamentos diversos	34.450	36.610
Créditos com terceiros	334.663	334.663
Outros créditos	1.880.302	1.864.323
	5.955.901	5.435.498

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
ICMS Indústria e Filiais	4.385	1.103.562
IPI a compensar Lei Federal 9779/99	614.539	615.594
Crédito de COFINS não cumulativo	16.310	13.256
Outros	115.916	461.578
Impostos Retidos s/vendas à Órgãos Públicos IN RFB 1234/2012 (i)	7.031.999	2.347.440
Créditos Tributários Exercícios Anteriores (ii)	32.373.440	25.592.314
	40.156.588	30.133.744

- (i) Conforme o Art. 2º da IN 1.234/2012, os órgãos públicos ficam obrigados a efetuar retenção na fonte do IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS pelo fornecimento de bens e prestações de serviços em geral. Em 2020, o Ministério da Saúde, passou a efetuar as mencionadas retenções sobre o pagamento de nosso fornecimento de medicamentos. Essas retenções são compensadas nas apurações mensais dos referidos impostos.
- (ii) Refere-se a saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos resultados apurados de 2023, 2024 e 2025, após as compensações dos impostos mensais pagos por estimativas.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos judiciais	8.451.351	8.179.311

Valores respaldados pelos assessores jurídicos e desembolsados pela Companhia a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

10. IMOBILIZADO

		2025			2024
		Depreciação /Amortizaçã o			
Taxas de					
	Depreciação	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
	-				
Terrenos		2.358.442	-	2.358.442	2.358.442
	4%				
Prédios e benfeitorias		99.733.704 (	5.100.037)	94.633.667	87.146.316
Móveis, utensílios e instalações	10%				
		2.302.220 (	283.878)	2.018.342	1.767.637
Máquinas, equipamentos, instalações	20%				
		31.713.151 (	4.139.199)	27.573.951	27.452.543
Equipamentos de informática	30%				
		3.860.389 (	578.795)	3.281.594	365.888
		139.967.906 (	10.101.910)	129.865.997	119.090.827

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Terrenos	37.331.558	-	37.331.558	37.331.558
Prédios e benfeitorias	43.798.581	(1.897.939)	41.900.643	43.652.586
Veículos	219.614	(59.918)	159.696	203.619
Máquinas, equipamentos, instalações	1.364.425	(191.478)	1.172.947	1.309.390
Equipamentos de informática	119.279	(32.730)	86.548	110.404
	82.833.457	2.182.065	80.651.392	82.607.557
	<u>222.801.363</u>	<u>(12.283.974)</u>	<u>210.517.389</u>	<u>201.698.383</u>

11. FORNECEDORES

	2025	2024
Grow Química	2.824.549	1.137.180
Cristália Prod. Quim.Farm. Ltda	180.072.499	172.061.409
Blanver Farmoquímica e Farmaceutica S/A	(i) 92.691.997	82.763.361
(-) Aplicação Financeira - Conta Vinculada Blanver Contr. 75/2021	(ii)(84.942.391)	(77.024.607)
Janssen – Cilag Farmacêutica Ltda	31.705.576	97.897.280
Fornecedores nacionais em geral	7.217.125	8.925.273
Fornecedores estrangeiros	253.821	253.821
Fornecedores consignados	219.428	219.428
	<u>230.042.604</u>	<u>286.233.147</u>

Composto principalmente por aquisição de insumos destinados à produção de medicamentos e por aquisição de produtos para revenda. Tem como principal fornecedor a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

(i) Em 05/01/2022, foi assinado o contrato de nº 075/2021 entre o LAFEPE e a Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A. de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto Dolutegravir, no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

(ii) Refere-se a valores de pagamento a BLANVER sob a guarda do LAFEPE aplicado em conta vinculada mais os rendimentos de aplicação financeira. Tendo em vista a existência de disputa judicial envolvendo a BLANVER nos autos do mandato de segurança nº 5054471-

08.2020.4.02.510, que tramita na 31ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, relacionada à patente do produto, de forma a resguardar eventual indenização em caso de insucesso na mencionada ação. Foi acordado entre as partes que o LAFEPE deverá transferir 20% (vinte por cento) do valor bruto de cada nota fiscal dos produtos comercializados pelo LAFEPE, para uma conta bancária de sua titularidade. Cujo valor apenas será liberado, caso a BLANVER venha ser vencedora da ação judicial ou após o dia 28/04/2026, o que acontecer por último. Conforme determina a cláusula 26ª do mencionado contrato. Ainda em 2022 foi expedida a decisão judicial pela TJESP – 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem, proibindo a produção e comercialização do produto. Mesmo com a decisão judicial desfavorável ao LAFEPE, quanto a autorização da comercialização, como o contrato com o Ministério da Saúde já havia sido assinado, e este Ministério sinalizou com risco iminente de desabastecimento do medicamento na rede SUS, foi autorizado pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, o faturamento do quantitativo contratado apenas para o ano de 2022. E assim o fizemos.

O saldo da conta vinculada, para melhor evidenciação e por não pertencer ao LAFEPE, está sendo apresentado como uma conta redutora do passivo com o Fornecedor.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Parcelamento Leis Federais n°s 11.941 e 12.966	20.127		20.127	
INSS	1.252.936		1.222.509	
FGTS	275.136		250.903	
Imposto de renda retido na fonte	802.373		655.870	
IRPJ s/reserva de reavaliação	670.991		670.991	
CSLL s/reserva de reavaliação	250.197		250.197	
IRPJ e CSLL s/realização				
AAP	523.696	27.615.680	54.216	-
Processos Trabalhistas	-		971.051	
Outras obrigações	5.282.849	1.692.583	914.407	1.692.583
	9.078.302	29.308.263	5.010.271	1.692.583

13. DIVIDENDOS A PAGAR

	2025	2024
Dividendos a pagar	6.898.737	6.687.604

A Companhia adotava uma política de distribuição de dividendos obrigatório de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social e na Lei Societária.

O último pagamento de dividendos aos acionistas ocorreu no exercício de 2016. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a partir do exercício de 2017 o Governo do Estado de Pernambuco, principal acionista, determinou que a Companhia a partir daquele exercício passasse a adotar a modalidade Juros sobre o Capital Próprio. E seus dividendos passaram a serem pagos através do Lucro líquido disponível de cada exercício, com o valor deliberado em AGO. Conforme AGO/AGE realizada em 05/06/2025, a deliberação sobre a destinação do valor do resultado líquido disponível de 2024, no montante de R\$ 19.448.256 foi a seguinte: Pagamento aos acionistas à título de dividendos no valor de R\$ 7.299.270; e, R\$ 12.148.986 para constituição de retenção de lucros para investimentos.

Para fins de utilização do benefício tributário gerado com a redução de 75% do IRPJ, deferido pela Receita Federal em abril/2024, foi constituída a reserva de incentivos fiscais, de acordo com os requisitos do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamental. Esta reserva relaciona-se ao benefício auferido no exercício de 2025 sendo reconhecida no resultado e automaticamente retida como reserva de lucros para não influenciar os dividendos dos acionistas e nem a base de cálculo tributada. O período de fruição foi de 01/01/2023 a 31/12/2032. Assim, a mutação da conta de dividendos ocorreram conforme apresentado a seguir:

	R\$
	2025
Saldo inicial em 31.12.2024	6.687.604
Provisão Dividendos exercício 2024	7.299.270
Pagamento de dividendos em 2025	(7.088.138)
Saldo final em 31.12.2024	6.898.737
Cálculo do Lucro a disposição da assembleia 2025	
Lucro Líquido	28.894.913
(-) Reserva Legal	(1.380.160)
(-) Constituição do SIDE	(1.311.152)
(-) Subvenção Redução 75% IRPJ	(1.291.722)
Lucro a disposição da assembleia	24.911.881

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Estoques de terceiros em nosso poder	1.385.444	1.385.444
Credores por devolução	762.152	762.152
Benefícios aos funcionários - SIDE (i)	1.316.074	1.023.592
Outras contas a pagar	2.747.428	2.703.028
	6.211.101	5.874.217

- (i) Benefício aos empregados denominado SIDE - Sistema de Desempenho dos Empregados do LAFEPE, o valor de R\$ 1.311.152 se refere ao exercício de 2025, correspondendo a 5% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, e será objeto de aprovação da Assembléia dos Acionistas.

15. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2025	2024
Juros sobre capital próprio	19.310.345	15.108.630

A partir do exercício de 2017, o Governo do Estado de Pernambuco determinou que a distribuição dos dividendos aos acionistas a partir daquele exercício seria pela modalidade Juros sobre o Capital Próprio. Em conformidade com o Artigo 9º da Lei Federal 9.249/95 os Juros sobre Capital Próprio foi registrado como despesa financeira, beneficiando fiscalmente a Companhia com a consequente redução do valor da provisão para o IRPJ e para a CSLL, além de remunerar os acionistas. Com relação ao exercício de 2025, o valor líquido do JSCP provisionado foi de R\$ 14.633.494 que, quando acrescidos dos valores não pagos de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.676.851, obtém-se o valor total devido do JSCP registrado no passivo da Companhia.

16. PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

	2025	2024
Provisão para o IRPJ	-	-
Provisão para a CSLL	-	-
	-	-

Foi registrada a Provisão do IRPJ e da CSLL no resultado do exercício ao valor de

R\$ 13.484.639 e R\$ 4.863.110 respectivamente, apurado conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL		45.950.941
(+)Total das adições		10.391.897
(-)Total das exclusões		(2.308.283)
(=)Lucro Real		54.034.555
IRPJ (15%)	8.105.183	
Adicional do IRPJ (10% x(Lucro Real >R\$ 240.000))	5.379.456	
Total da Provisão para IRPJ		<u>13.484.639</u>
Total da Provisão para a CSLL (9%)		<u>4.863.110</u>

Os valores a pagar no IRPJ e CSLL reconhecidos no passivo circulante estão apresentados pelo valor da Provisão deduzida dos valores pagos em bases estimadas e IRRF sobre aplicações financeiras no exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	<u>IRPJ A PAGAR</u>	<u>CSLL A PAGAR</u>
Provisão do IRPJ e da CSLL	13.484.639	4.863.110
(-) IRRF sobre Aplicações Financeiras em 2025	(6.580.461)	-
(-) Despesas com Patrocínio beneficiada pela Lei Ruanet	(230.000)	-
(-) Reconhecimento benefício fiscal SUDENE	(1.291.722)	-
(-) Pagamentos em bases estimadas em 2025	(13.116.398)	(10.227.415)
Saldo Negativo do IRPJ e CSLL a compensar a partir de 2026	<u>(7.733.942)</u>	<u>(5.364.305)</u>

O saldo negativo apresentado acima foi reclassificado para o grupo impostos recuperar conforme apresentado na nota explicativa nº 08, e será compensado com os impostos mensais retidos na fonte a partir de 2026.

17. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2025	2024
Processos trabalhistas	8.686.658	8.063.217
Processos cíveis	4.501.233	4.501.233
	13.187.891	12.564.450

Amparada pela opinião dos seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão, em bases estimadas, dos processos administrativos e judiciais com prognóstico de provável perda.

Os processos classificados com risco de perda possível, que não são registrados na contabilidade, mas estão representados nesta nota como segue:

	2025	2024
Processos trabalhistas (perdas possíveis)	341.030	5.456.685
Processos cíveis (perdas possíveis)	4.419.489	2.235.064
	4.760.519	7.691.749

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia.

b) Reservas de capital - Incentivo fiscal

Trata-se de subvenção governamental relativo a isenção/redução do IRPJ concedidos em exercícios anteriores a Lei Federal 11.638/2007, que alterou a Lei Societária e promoveu na mesma o conceito da classificação de subvenções governamentais como reserva de lucros, após seu trânsito no resultado do exercício. Na época da fruição do benefício pela Companhia, essa natureza de transação não transitava no resultado do exercício, sendo registrado diretamente no patrimônio líquido em conta de reserva de capital.

No exercício social de 2016, o valor de R\$ 6.268.403 dessa reserva de capital foi utilizada para absorver o prejuízo contábil apurado naquele ano, sendo ora restabelecida na proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício de 2019, aprovada na Assembléia dos Acionistas em 27/07/2020. O restabelecimento da reserva de capital atende ao disposto parágrafo 9º do Art 19 do decreto lei 1.598/77.

c) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de subvenção, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembléia).

19. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado nacional	637.773.151	703.847.434
Outras receitas	2.379	3.546
	<u>637.775.530</u>	<u>703.850.979</u>
(-) Deduções da receita bruta	(16.928.720)	(16.834.867)
Receitas operacionais líquidas	<u>620.846.810</u>	<u>687.016.112</u>

20. CUSTOS DAS VENDAS

	2025	2024
Indústria	(61.095.670)	(65.941.131)
Custo dos produtos terceirizados	(314.929.223)	(301.165.408)
Custo dos produtos revendidos	(117.960.732)	209.232.749
Outros custos	(1.162.726)	(1.002.192)
	<u>(495.148.352)</u>	<u>(577.341.480)</u>

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas com pessoal e serviços	(51.979.351)	(64.466.026)
Despesas gerais	(27.791.452)	(12.398.273)
Despesas com materiais	(6.313.066)	(5.350.695)
Despesas transferidas na apur. custos	16.086.707	13.774.826
	<u>(69.997.163)</u>	<u>(68.440.169)</u>

22. DESPESAS DE VENDAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal	(7.751.739)	(6.926.753)
Despesas gerais	(8.662.077)	616.197
Despesas com materiais	(2.405.593)	(1.823.401)
	<u>(18.819.408)</u>	<u>(8.133.957)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	25.638.471	16.487.463
Outras receitas financeiras	1.482.329	367.225
	<u>27.120.800</u>	<u>16.854.688</u>
Despesas Financeiras		
Juros SELIC	(192)	(1.398)
Juros SELIC indedutíveis	(1.552.189)	(443)
Juros sobre capital próprio	(14.724.047)	(10.762.582)
Outras despesas financeiras	(1.833.749)	(936.159)
	<u>(18.110.176)</u>	<u>(11.700.583)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9.010.624</u>	<u>5.154.105</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.

DIRETORIA

PLÍNIO PIMENTEL FILHO

Diretor Presidente

BETY SENNA

Diretora Técnico Industrial

SÉRGIO LUIZ NORONHA

Diretor Administrativo Financeiro

DJALMA DANTAS

Diretor Comercial

ANTONIO AVEZEDO

Diretor de Engenharia

CONTADOR

MANOEL DE LIMA BARBOSA

Contador – CRC PE nº 017.596/O-4